

Europa discute crise brasileira

Heitor Tepedino, correspondente

Londres — A busca de uma solução para o difícil equacionamento da dívida externa brasileira deve ser acelerada na próxima semana, com reuniões de banqueiros e bancos centrais de diversos países previstas em Paris, Nova Iorque e Basilea, esperando-se obter com essas conversações em quadro mais visível sobre o que será possível estabelecer-se em termos de novos créditos para o Brasil. No entanto, a solução definitiva está sendo aguardada pelos banqueiros para ocorrer na reunião do Fundo Monetário Internacional, que tem início no próximo dia 22 em Washington.

Três premissas principais irão orientar os debates dos banqueiros: a primeira, defendida pelo diretor do Lloyds Bank International, Guy Huntrods, de que os bancos centrais dos grandes credores do Brasil deveriam intervir nas negociações, com entendimentos de governo a governo, dando-se ao Brasil um prazo razoável para que possa reorganizar, inclusive, a economia interna; a segunda, para estimar-se o total de novos créditos que o Brasil irá necessitar desta data até fins de 1984, com os primeiros estudos indicando que deve atingir a US\$ 11 bilhões, contra US\$ 10 bilhões previstos anteriormente; e, por último, firmar-se a tese de que qualquer liberação de novo crédito não deve ocorrer antes da assinatura da carta de intenções com o FMI.

Dentro da tese de Huntrods, caso os bancos centrais não injetem recursos agora para socorrer o Brasil, tal fato terá de ocorrer mais tarde. O banqueiro acha que forçados a liberar mais recursos para o Terceiro Mundo, os bancos internacionais ficarão sem condições de atendimento da demanda de crédito dos países industrializados, o que significa que para impedir uma crise de liquidez, mais cedo ou mais tarde os bancos centrais acabarão por ter de injetar recursos no mercado. Ainda em relação ao Brasil, lembra-se que após o corte de novos financiamentos externos, o governo foi obrigado a imprimir moeda em grande quantidade, elevando o déficit público para 15 por cento, o que acabou por levar a inflação interna para um patamar inaceitável de 150 por cento. Dentro de uma análise realista, acham que o Brasil não terá condição de suportar o serviço de sua dívida externa.

Quanto ao volume de recursos que o Brasil irá necessitar até dezembro de 1984, os banqueiros estão trabalhando duro na elaboração deste cálculo. Atualmente acreditam que deve ocorrer uma redução de US\$ 2 bilhões de dólares nos créditos de exportação, mais US\$ 2 bilhões de novos empréstimos para o governo, e US\$ 7 bilhões de financiamentos novos junto aos bancos comerciais, o que totaliza a US\$ 11 bilhões. Segundo suas previsões, o máximo que o Brasil poderá levantar junto aos bancos comerciais situa-se entre US\$ 6 a US\$ 7 bilhões. Contudo, eles querem que primeiro o FMI assine a nova carta de intenções, antes de liberar-se qualquer novo empréstimo.

No entender dos banqueiros, o governo brasileiro mudou de tática ao admitir que não existe pressa em concluir-se as conversações com o FMI. Eles discordam, afirmando que este acordo deve ser acelerado o máximo possível, sob pena do sistema financeiro iniciar um processo de perda de confiança na solução da crise do Brasil.

Neste contexto, na próxima semana deve ocorrer um importante avanço nas conversações tanto de banqueiros como de bancos centrais sobre a dívida externa brasileira, já existindo a expectativa de que além do Brasil estar sem condição de cumprir com o pagamento do serviço dos seus débitos (amortizações e juros), ainda irá precisar de mais US\$ 11 bilhões de dólares. Resta definir, agora, de onde sairão esses recursos, com os banqueiros privados sugerindo que os bancos centrais dos países desenvolvidos assumam esta responsabilidade.